

Associação Académica da Faculdade de Direito

Lisbon police clash with students

Lisbon, February 2

Police and students clashed in a number of scattered police charges here when demonstrators protested against the trial of five students at the Boa Hora criminal court tonight.

The Portuguese and foreign press were not allowed to attend the trial. A senior police official told reporters that all the seats available for the public were already occupied at the time the trial started.

Students chanted, "Freedom, Freedom." Police charged the demonstrators who fled, some of them not fast enough to avoid rifle butts and "cravaches," a kind of whip used by officers and NCOs.

Every time the police disbanded the students, they regrouped on another side, and appeared behind the back of policemen, distributing leaflets protesting against the imprisonment of students and alleged tortures and ill-treatment inflicted by the Portuguese security police in charge of political affairs. Traffic was disrupted several times.—British United Press

Au Portugal

LA GRÈVE EST PRATIQUEMENT TOTALE A L'UNIVERSITÉ DE LISBONNE

Lisbonne, 26 janvier (A.F.P., U.P.I.). — La grève décidée par les étudiants est pratiquement totale depuis lundi à Lisbonne. Elle est suivie à 85 % dans les facultés. Une assemblée plénière des étudiants s'est tenue lundi afin d'examiner la situation créée par l'arrestation, jeudi dernier, de vingt-sept étudiants accusés de complot communiste. L'assemblée a condamné les méthodes de la police et évoqué la tentative de suicide d'un étudiant détenu. Les étudiants ont également demandé la démission du recteur de l'université, M. Paulo Cunha.

D'autre part, les parents des vingt-sept étudiants emprisonnés ont remis au ministre de l'éducation nationale, M. Galvao Teles, une protestation contre ces arrestations.

Un millier d'étudiants doivent enfin tenir un meeting mardi à midi pour demander la libération de leurs camarades.

Students protest

Lisbon, January 25

A thousand students demonstrated against the police in Lisbon today, after one of 60 students in custody was reported to have tried to commit suicide.—Reuter.

Police rout students in Lisbon

Lisbon, January 26

Armed police charged a crowd of more than five hundred students in front of the advanced technical institute here today.

The students, protesting against the arrest of about seventy other students on charges of being members of the illegal Communist Party, fled shouting "murderers" before the police reached them. As police chased one group, other students shouted insults through a loud speaker.

The police brought lorries with high-pressure hoses but they were not used.

Rebels' plan

Algiers, January 26

A communiqué issued here today claimed that Portuguese rebels had decided on an armed revolt against the Portuguese.

NOUVELLES DE L'ÉTRANGER

PORTUGAL. — Un des vingt-sept étudiants en droit arrêtés le 21 janvier dernier pour « complot communiste » a tenté dimanche de se donner la mort en avalant les débris de ses verres de lunette alors qu'il était interrogé par les policiers. Le détenu, Fernando Baeta Neves, vingt-trois ans, a été hospitalisé d'urgence. Ses jours ne seraient pas en danger. Il était vice-président de l'Association des étudiants en droit.—(A.F.P.)

—British United Press.

EN ESPAGNE

Le mécontentement grandit dans toutes les universités

Mais les étudiants s'étonnent de l'impassibilité des professeurs alors que « les délégués étudiants sont poursuivis pour vouloir un syndicat libre et démocratique ». La J.E.C. (Jeunesse étudiante catholique) a pris à son tour position en faveur du mouvement étudiant démocratique. Un manifeste signé par la J.E.C. et largement distribué dans les universités appuie toutes les revendications des étudiants en s'appuyant sur des textes tirés de l'enseignement de l'Eglise.

Madrid, 26 janvier. — Le recteur de l'université de Madrid, M. Gutierrez Rios, a interdit l'entrée de l'université au délégué

FEVEREIRO

Boletim

DE INFORMAÇÃO

On peut tromper quelqu'un tout le temps, on peut tromper tout le monde un certain temps, mais on ne peut pas tromper tout le monde un certain temps.

ABRAHAM LINCOLN



MAU TEMPO

É com amargura que escrevemos estas páginas. Falar nos acontecimentos, voltar a narrá-los, já não importa. Importa sim saber o que eles significam.

A violência foi desencadeada e indistintamente bateu aqui e ali, destruiu, difamou, torturou. A violência desabou sobre aquilo que uma nação tem de mais caro — a sua juventude, a sua Universidade.

A Universidade magnífico mito de Corporação Scholorum et Magistrorum tornou-se numa ideia impensável; A Pax Studium foi perdida.

O Estudante é o inimigo, é o ser perigosíssimo que é necessário eliminar, calar, despedaçar nem que seja a golpes de matraca, e os desencadeadores de violência gritam, ordenam, co-

mandam. Destruam esta «cizaneia» —. É suprema ironia, abatem-se sobre os corpos julgando que prendem as ideias.

Não, meus senhores! Sabei que as ideias ficam e outros homens surgem que as difundem; Sabei que é por serdes impotentes que sois forçados a recorrer à violência.

Quem poderá deter o espírito de Liberdade quando ele é defendido por homens livres, novos e entusiastas?

Haveis prendido, torturado e difamado algumas dezenas e haveis concluído triunfantemente: — «Estes com certeza que são a minoria perturbadora — e haveis tido como resposta o protesto de uma grande maioria, haveis pensado como escravos e

(Continua na pág. 19)

CULTURA PARA OS VIVOS

Depois de um colóquio sobre «Belarmino e um Novo Cinema Português», já noticiado neste Boletim, levou a Secção Cultural a efeito uma sessão de cinema, em que apresentou «Os Verdes Anos». A esta sessão, que teve grande assistência, seguiu-se um colóquio orientado por Paulo Rocha e Fonseca e Costa.

A Secção Cultural realizou posteriormente um «Ciclo de História Portuguesa Oitocentista» constituído por 5 conferências efectuadas na S. N. B. A., que registaram sempre grande afluência, tanto de universitários, como de não-universitários. Acompanhando o ciclo, foi impresso um programa contendo os «Sumários» e «Bibliografias» referentes às conferências.

Procurou-se, com a realização destes colóquios fora do âmbito restrito da Universidade, promover a troca de opiniões e livre discussão entre estudantes e não-estudantes, dada a nossa convicção de que o agitar de ideias não deve estar só ao alcance de pequenas elites, mas deve, pelo contrário, estender-se a camadas cada vez mais amplas da população.

Vai a Secção levar ainda a efeito um «Ciclo de Cultura Musical», um «Ciclo de Extensão Universitária sobre Política Económica», uma série de colóquios referentes ao «Impacto das Duas Guerras Mundiais na Filosofia Europeia», além de outra sessão de cinema, num dos anfiteatros da Faculdade.

A POLÍCIA CONTRA OS MORTOS

Na passada segunda-feira, dia 15, pelas 19 horas, recebeu o sr. Arq.º Conceição e Silva, presidente da Direcção da Sociedade Nacional de Belas-Artes um ameaçador telefonema da Polícia. Tratava-se, nada mais nada menos, de fechar a SNBA e processar a sua Direcção pelo facto de ter sido cedida uma sala da Sociedade para a realização duma conferência de extensão universitária, chamada «Os Primórdios do Socialismo em Portugal», pelo Dr. José Tengarrinha, e que teria lugar nessa noite, pelas 21,30. A Polícia argumentou: faltava a autorização do Governo Civil. A conferência que aquele escritor ia proferir constituía a última etapa do Ciclo de História

Portuguesa Oitocentista que a Secção Cultural da nossa Associação promoveu e realizou em paz e sem alvará a partir do dia 18 de Janeiro. A aterrorizante palavra *socialismo* sobressaltou os sugestionáveis autores do telefonema; daí a proibição de conferência, fecho de Sociedade, processo, alvará e força pública. A força pública, sim, porque o quieto quarteirão da Barata Salgueiro apareceu belicosamente cercado pelos passageiros de duas carrinhas que costumam rodar em circunstâncias mais violentas. O público estudante e estudioso, os escritores, as senhoras e o próprio conferencista depararam com um lacónico papel colado à porta do edifício. Dizia o

edito: «A conferência não se realiza esta noite». Além disso, assustaram-se um pouco com a pessimista ostentação de força que vagueava perto. Quem não se assustou foram os Srs. Silvestre P. Ferreira, H. Nogueira, Oliveira Marreca, Sousa Brandão, L. de Mendonça e Amorim Viana, fundadores do agora subver-

sivo movimento socialista português de aqui há cem anos, defuntos ilustres, povoadores da História, intelectuais de jazigo. Estão mortos, que diabo!, mas até dos mortos as autoridades nutrem o seu autoritário medo, essa baioneta cobarde a que a Universidade não se habitua.

EÇA, um vivo:

A propósito lembrámo-nos do que Eça escreveu quando da proibição das conferências do Casino:

«— Seríamos pois nós os primeiros a pedir o encerramento das conferências do Casino, se a ciência dos conferentes se resumisse a dizer:

— A barricada, meus senhores, é amanhã na Rua da Bitesga! Quanto ao petróleo, está lá em baixo no bilheteiro!

Mas que se faça calar, pondo-lhe a mão na boca, a ciência, a crítica lite-

rária, a história, contra isso, do fundo deste livro, pequeno mas honrado, em nome do respeito que nós devemos a nós mesmos, e do exemplo que devemos a nossos filhos, protestamos e apelamos, não para a Europa, o que seria sofrivelmente inútil, mas para o próprio sr. Marquês de Ávila, para uma coisa que se não cala, ainda quando em redor a intriga e o interesse fazem um ruído horrível — a consciência!»

R E C E B E M O S

L28 TOULOUSE 880051 25 27 1405

Étudiants toulousains assurent camarades portugais solidarité dans leur lutte pour la liberté de leurs organisations — Agent UNEF

L 43 PHILADELPHIA 880036 89 4 3337 p

Este telegrama foi enviado ao Primeiro-Ministro António Oliveira Salazar Lisboa Portugal A Associação Nacional dos Estudantes dos Estados Unidos (USNSAA) protesta contra a repressão e prisão dos estudantes de Lisboa Stop USNSAA condena severamente as violações das liberdades humanas e académicas dos estudantes e seus organismos pelo Governo português no 25 de Janeiro Stop USNSAA expressa sua simpatia e solidariedade com os estudantes em procura destas liberdades básicas Stop Exige a liberdade dos estudantes Stop USNSAA

SECÇÃO SOCIAL

1 — Integrada na verdadeira finalidade que caracteriza esta secção promoveu-se uma Campanha de Empregos no sentido de obter colocações para colegas de tal necessitados. Procedeu-se através de contactos pessoais e por carta, com diversas empresas, tendo-se já conseguido onze empregos, e estando, presentemente, alguns mais em perspectiva.

2 — No capítulo dos empréstimos, estes têm-se ultimamente verificado apenas em relação a livros, na medida em que, por absoluta falta de disponibilidades materiais, nos vimos forçados a cancelar os empréstimos de dinheiro.

No intuito de possibilitar um preço mais reduzido na sua aquisição, está projectada para breve a realização de uma Feira do Livro, de colaboração com a C. P. A. de Letras.

3 — No capítulo dos alojamentos, está a ser fomentada uma Campanha de Lançamento de pequenas «repúblicas», sobre a qual não nos é possível ainda fazer um balanço.

Paralelamente tem-se procedido à distribuição de estudos já efectuados sobre habitação e ainda sobre as vantagens da organização de pequenos repúblicas.

SAÚDE E PATERNALISMO

1) Durante este período cabe-nos salientar a proibição, em (termos mais ou menos dilatários), do projectado Curso de Problemas Pré-Matrimoniais e Materno-Infantis (organizado pelas Reuniões Inter-Saúdes).

O significado da proibição de uma realização de puro interesse científico, cuja civilidade no esclarecimento dos estudantes podia parecer indiscutível, vem inserir-se, (agora abertamente), na já antes referida política obstaculante das autoridades governantes sempre que se trate de iniciativas estudantis de inegável interesse.

Agora, há falta de quaisquer argumentos, (*pois nem sequer parecia que Curso idêntico se fosse realizar noutras cidades do mundo nos mesmos dias e às mesmas horas*), tomou-se a branda posição de se preterir indefinidamente a autorização do local — sem o proibir contudo.

2) Informação do Médico de AEFDL:

Foram concedidas desde o início do ano lectivo até 10 de Fevereiro de 1965, as seguintes consultas:

Clinica geral

Posto Médico, 157

Consultório, 122

Visitas domiciliárias, 14

Especialistas

Oftalmologia, 14; Análises clínicas, 9; Raios X, 3; Ortopedia, 6; Dermatologia, 3; Urologia, 1.

3) Aceitam-se inscrições na Secretaria para o Curso de Primeiros Socorros, com início a 10 de Março.

DE NOVO, ELEIÇÕES NA A. A. F. D. L.

Novamente em vésperas de eleições, a A. A. F. D. L. procura ultrapassar um dos maiores obstáculos que se deparam no ano lectivo de 64-65.

Aparentemente forte na medida em que não tem opositores directos, a estrutura associativa ressentem-se actualmente de todas as dificuldades que lhe são impostas e que quase lhe esgotam as forças, numa luta desigual pela sobrevivência.

Desde a repressão policial, inãbilmente mascarada mas que logra alcançar os seus intentos pelo desfalque de quadros que provoca, até à apatia fomentada de uma massa de estudantes que só às vezes compreende ser o movimento associativo a concretização de um dos seus direitos básicos — a liberdade de associação, tudo isto têm as AA EE superado à custa de sacrifícios individuais por vezes incompreendidos.

A ideia de que existe uma «clique» associativa capaz de suportar todos os ataques por dever de ofício, e de ao mesmo tempo assegurar aos estudantes as vantagens que os serviços associativos oferecem,



são, conjuntamente com o medo provocado pela repressão, as causas injustificadas da apatia.

O livre desenvolvimento das actividades associativas sem dúvida acabaria com este condicionalismo.

Mas para além de tudo isto as associações de estudantes têm que solucionar graves crises internas originadas por actos de pessoas que, tanto colaboram connosco da mais cordeal maneira, como nos colocam em situações gravíssimas, não só difíceis de resolver mas também de interpretar. É o caso do director da Faculdade, prof. Raul Ventura, que tendo-nos facilitado algumas realizações, nos proibiu

um a que reputávamos de muito interesse — a *Exposição de Imprensa Estudantil*, e fez com que o Almeida Fernandes, presidente eleito da Associação Académica, não fosse homologado.

E, como de maneira nenhuma acreditamos na duplicidade do referido professor, somos, no entanto, obrigados a constatar que, da sua ecção, mais prejuízos nos têm vindo do que vantagens. Esperemos que, de futuro, tal afirmação possa vir a ser rectificada.

É, portanto, num clima de incertezas que se desenrolarão as novas eleições para presidente da Associação.

Mais uma vez, infelizmente, teremos um candidato único. Esperamos, no entanto, que, em futuro próximo, novas camadas desçam à Associação, e com elas um diálogo que todos nós estamos desejosos de entabular.

Foi sobre tudo isto que falámos com o Seabra Lopes, proposto por aclamação para presidente, na última Assembleia Geral.

— Achas que a não homologação deu origem a uma crise interna?

— Sem dúvida. Que deveremos esperar do trabalho duma direcção que elaborou um programa e começava a executá-lo quando se viu privado do seu presidente?

Para além disso notemos que tudo se passou por alturas da decisão ministerial. Era infalível que houvesse uma certa desunião entre os membros da direcção no traçar das directivas. Para mais havia problemas graves: os estudantes presos, certas questões criadas pelas autoridades académicas enfim, um ambiente de oposição às Associações.

Finalmente, uma nova eleição exige que os colaboradores da A. A. abandonem o seu trabalho técnico para se dedicarem à campanha eleitoral.

Já não falo, claro, no próprio acto ministerial que traz mais uma acha para atear a desarmonia nas nossas relações com o Ministro.

— Em que consiste então a crise?

— A crise é fundamentalmente de direcção. Mas as secções foram também atingidas na medida em que foram afectadas as relações entre elas e a direcção. A crise manifesta-se, portanto, numa falta de dinamização

do trabalho. Há secções, lembro-me da Pedagógica, que têm falhado porque falhou a direcção. Mas não devemos esquecer que esta crise é, também, reflexo do estado a que toda uma politica governamental levou a A. A. Refiro-me à falta de ligação, por todos os sentidos, entre a A. A. e toda a Faculdade. Mas aqui a culpa não é principalmente das direcções. É, como atrás disse, de uma politica governamental consciente ou inconscientemente dirigida nesse sentido, por um lado, e de uma apatia consciente ou inconscientemente tolerada por certo número de estudantes, por outro.

— Terão as eleições só um lado negativo?

— Claro que não. As eleições são um momento óptimo para nos esclarecermos mutuamente, lista e sócios. Aparece muita gente a discutir, criticar. As decisões que se tomam são mais bem pensadas. Alcança-se aí, desde as assembleias gerais às simples conversas nos intervalos, aquela união que sempre deveria existir entre os dirigentes e todos os estudantes.

Mas notemos que uma eleição se passa só no plano teórico.

De novo, eleições na A. A. F. D. L.

A Associação terá depois de executar as directivas que forem aprovadas em Assembleia e apoiadas pelos votos.

Uma A. A., no entanto, nunca pode parar. Há sempre muita coisa importante a fazer. E é bem de ver que nada se fez em época de eleição sem ser o que evidentemente por essas eleições seja exigido. E se em vez de uma houver duas eleições... foi trabalho que se fez em duplicado.

— Como te vêes no papel de candidato único?

— Ser candidato único é defender ideias contra ninguém. Toda a defesa é já em si uma polémica: exige discussão. Ora os grandes opositores não aparecem. Conheço-os: um aqui, outro ali. Falam-me dos defeitos da Associação. Muitas vezes lhes dou razão. Mas eu colaboro na Associação conhecendo esses defeitos. Eles não colaboram. Candidatando-me obrigou-me a defender uma orientação que sei encontrar muito poucos que por sistema a negam: só a negam aqueles que querem uma Associação subserviente ao Poder. Dirijo-me, portanto, a muitos que fundamentalmente, ao que julgo, defendem os métodos de acção da A. A. Mas dirijo-me não a um representante mas a uma massa, o que é embaraçoso.

— A que atribuis o facto de não haver mais candidatos?

— Parece-me que a época do «candidato único», que não foi longa diga-se de passagem, deve acabar em breve. Ela derivou em primeiro lugar

da colocação do problema da candidatura num plano em que realmente era impossível a aparição de um opositor: a natureza da Associação.

Quem a queria política arregimentou-se em organizações que só têm nome e hostilizam de quando em quando a A. A.

Mas há muitos para quem esse problema já foi superado.

Penso que no momento, que não é agora porque não há uma lista oponente em que o problema for o dos métodos de acção já o debate será mais aceso e então teremos mais candidaturas.

Mas só agora começamos a pensar nisso.

— Achas que conseguirás criar à tua volta uma unidade capaz de fazer um bom trabalho interno?

— Eu votei pelo programa e pela lista Almeida Fernandes. De modo que concordo com a orientação geral de política associativa por eles expresso. Mas é evidente que há entre mim e outros membros da lista aquele desconhecimento que deriva de nunca termos trabalhado em conjunto. Os primeiros contactos revelaram-se, no entanto, prometedores, mas ainda que assim não tivesse acontecido saberíamos manter a unidade que o movimento associativo no momento actual exige. Posso assegurar que da necessária confiança entre nós e ela resultará concertada o trabalho interno que todos nós, Direcção, colaboradores, sócios e estudantes em geral, pretendemos.

1 — Esporadicamente se tem falado e discutido sobre os condicionalismos que rodeiam a situação actual do desporto universitário em Portugal.

Não quizemos pois, ultrapassando aqui o mero carácter informativo que caracteriza este Boletim, deixar fugir a oportunidade para, ainda que em traços muito gerais, nos debruçarmos sobre tão instante problema.

Diversas foram as determinantes desta atitude mas, mais do que qualquer outra, uma questão sempre repetida nos impeliu a abordar o tema:

— *Porque razão se verifica um tão diminuto interesse e participação da juventude universitária na prática do Desporto?*

2 — É delicado responder satisfatória e conscientemente a esta questão, quando tenhamos que considerar que afinal no Desporto os problemas se interpenetram e condicionam de tal forma que só conexamente podem ser encarados e solucionados.

Queremos com isto dizer que o problema acima colocado não pode ter uma resposta que se circunscreva apenas ao âmbito específico do Desporto. Em abono

Problemas do desporto Universitário

desta afirmação recorramos ao Plano de Fomento — 1963-67 da Inspeção Nacional do Desporto Universitário, onde a breve trecho se fala da necessidade de «*Integração do Plano de Fomento do Desporto Universitário numa ampla revisão da estrutura do ensino universitário e, de uma forma mais geral, do ensino nacional*».

A implicação é verdadeira, necessária, evidente mas não suficiente. Sejam claros: é ainda maior a amplitude dos condicionalismos em que o problema deve ser colocado, e aí se situa o ponto delicado da questão!?

3 — *Atenhamo-nos porém, e por enquanto, aos condicionalismos imediatos que rodeiam a situação do desporto universitário no nosso país, e debrucemo-nos sobre a realidade material.*



Condição essencial para a prática do Desporto e, necessariamente, da Educação Física, é a existência de instalações adequadas e em número suficientemente grande para garantir uma participação ampla da juventude. Paralelamente se situa o problema das disponibilidades de tempo, isto é, necessária compatibilização dos horários escolares com o tempo destinado à Educação Física.

Constatemos humildemente que tal não existe! E de novo vamos recorrer ao citado plano de fomento, onde a «páginas tantas» se fala da necessidade de *«dar imediata prioridade às infraestruturas materiais, na certeza de que, sem elas, não é possível fazer ginástica ou praticar desporto»*.

Complementarmente parece-nos, pois, que compete à Universidade encarar em definitivo o problema, nos seus devidos termos, dando a necessária concretização à doutrina da inclusão nos programas de ensino, da disciplina de E. F., com um carácter de «preferência obrigatória».

4 — Ainda neste âmbito se colocam outros problemas, igualmente pertinentes, que passamos a enumerar.

A não existência de «técnicos» em número considerado suficiente para acorrer às necessidades, parece-nos, desde já, ser um corolário de toda a precária situação em que se encontra o desporto universitário, e julgamos inútil, para além da sua enunciação, estar a desenvolver o problema.

Questões que assumem enorme acuidade são, além do mais, o das condições de alojamento e de alimentação em que se encontram a maioria dos estudantes universitários, e a elas nos passaremos a referir.

5 — É por demais evidente que, se não existirem alojamentos apropriados para os estudantes, que lhes proporcionem um ambiente de higiene e sanidade mental capaz de lhes favorecer uma predisposição para a prática do Desporto e da Educação Física, muito dificilmente se lhes poderá proporcionar na sua vida quotidiana o estímulo para tal necessário.

De igual modo se lhes deve proporcionar uma alimentação racional, compatível com as exigências do organismo, de acordo com o esforço intelectual e físico despendido no dia-a-dia.

A verdade, porém, é que não existem alojamentos apropriados, nem é proporcionada ao estudante uma alimentação racional de acordo com as suas exigências alimentares. Fútil será já, referirmo-nos à comida da Cantina Universitária (no caso específico de Lisboa), cumprindo-nos verificar que as disponibilidades materiais médias do estudante estão longe de lhe possibilitar melhores condições do que aquelas que infelizmente se lhe oferecem.

6 — É frase corrente falar-se em «falta de mentalidade da juventude para a prática dos desportos». Ao fazer-se tal afirmação está-se, porém, a inverter os termos ao problema.

É por demais evidente que essa mentalidade só pode ser criada na base de condições que a favoreçam, e essas condições, conforme temos constatado, não

(Continua na pág. 22)

UM POLÍCIA E UM ESTUDANTE

Lisboa, 2 de Fevereiro. Entre uma esquina e outra quinze portugueses organizaram-se em fila. Trazem espingardas à bandoleira, trazem as mãos cruzadas num gesto que não é o militar: é um espanto inquieto e enervado que lhes chega aos dedos. Daqui a pouco é dia 2 de Fevereiro de 1965, 18 horas, cidade de Lisboa: os dedos do polícia descruzam-se um por um; com eles empunhará a tal espingarda; com eles, com ela, vai procurar o corpo dum estudante que há minutos cantava na Rua Augusta.

Este estudante não passeia, manifesta-se. Grita muito alto, talvez que os homens da longa fila compreendam. Grita: «Liberdade». A sua voz também contém coronadas, mãos nervosas, uma longa espera. Esta Liberdade porque grita talvez não saiba bem o que é. E o seu grito, saberá bem onde chega? Um grito chega? No grito vem qualquer coisa de falso e inadequado, uma dúvida, um profundo desespero. Neste País Portugal está tudo como ferida, erro, quisto, desconforto. Neste País Portugal há que mudar muito: o estudante sabe disso; saberá ou não como se muda, e para quê. Entretanto, pode ser preso; entretanto vai sentindo a desproporção entre o seu curto grito e a extensa ferida que não o deixam curar.

Para um Dossier

A ESPINGARDA UNIVERSITÁRIA

Mas que ferida é esta? Na sua estrita posição de estudante universitário, é a Universidade que não lhe serve assim como está; é a cultura independente e séria que lhe proíbem; é a formação cívica para uma cidadania plena de que está privado; é uma realidade social que a Imprensa lhe esconde e ele quer conhecer; é ir adquirindo o hábito de pensar em voz baixa as coisas proibidas.

Ao princípio, e porque os universitários pensam, era para o pensamento que a espingarda governamental armava pontaria: dá-nos uma Universidade corrupta e falsa, um ensino descabelado, ideias submetidas a filtros policiais. Mas é com carne morta que se alimentam os vivos: os universitários, apesar de tudo, sabem do que se passa, pensam, desvendam os cálculos dessa balística que pode dar em aniquilamento. Nesta altura, é a vontade estudantil de sanear as coisas que o Governo teme. Temendo mais, desloca a mira da espingarda: como se organiza a vontade dos estudantes? Como se exprime, como é que luta, como é que poderá vencer? Pela disciplina dos seus esforços unificados, pelas instituições legais de que dispõem, quer dizer, pelas Associações Académicas. É sobre elas que se torna necessário atirar. E porque a vontade associativa é legal, as balas são jurídicas, mas mortíferas: em 1956, o 40.900; em 1963, o decreto-lei 44.632. De permeio, proibições por despacho, processos disciplinares por desembargadores, suspensões e expulsões que a lei autoriza, nomeação de agentes de confiança pela forma prescrita. Tudo certo, tudo em ordem — é a máquina jurídico-estatal em movimento: esmaga, fere, desorganiza. Matar é que não conseguiu.

Pelo contrário, como se verá.

ESTUDANTE É AQUELE QUE ESTUDA

Mas não só. 1962 deu aos estudantes portugueses uma responsabilidade que não é apenas a de se prepararem para mais tarde transformar em frutos práticos a árvore da sua ciência bem ou mal adquirida através deste ensino que todos os dias são forçados a suportar e superar. Nesse ano, qualquer coisa mudou com a rapidez dum estalo.

Este eczema universitário, é, no fim de contas, uma lepra nacional, uma batalha Associações-Ministro. Mas quem é que declarou a guerra? — o Governo. E quem é que respondeu com firmeza das verdades certas? Quem é que desvendou as maquinações do Governo? Quem é que reagiu e falou alto? — Nós, Estudantes.



da Repressão

A extensão e a profundidade da crise de 62 são, simultaneamente, causa e efeito desta viragem fundamental da mentalidade associativa. Efeito: a mentalização já vinha a fazer-se desde 1956, mas só atingiu uma parte da massa estudantil — precisamente aquela que desencadeou o longo processo de 62. E causa: durante e a partir de 1962, a noção de que os problemas da Universidade são problemas nacionais, e também os problemas nacionais, é enfim compreendida pela quase totalidade dos estudantes.

A quase totalidade actua de acordo com essa ideia. Os que sobraram da totalidade fundam, por exemplo, frentes nacionalistas.

BANDEIRA E PORTA-BANDEIRA

Em 1964, o Governo proibiu a realização do Dia do Estudante. Quais eram as nossas saídas? Acatar a proibição e protestar contra ela por todas as formas? Ignorar a proibição e ir para a frente com o Dia? — Escolheu-se, bem ou mal, a segunda alternativa.

«A Universidade para a Nação» foi o lema de 1962. Em 1964, «Uma Legislação justa numa Universidade melhor» parece anunciar regresso e retrocesso.

Como se ao lançamento nacional tivéssemos preferido uma luta reivindicativa mais doméstica. Como se a nossa bandeira tivesse encolhido.

Mas o Colóquio realizado na Associação de Ciências, no dia 14 de Março, põe em causa os mais graves problemas que a Nação enfrenta: analfabetismo, desprotecção sanitária, insegurança social. E também os nossos problemas específicos: ensino superior, legislação circum-escolar, repressão à vida associativa, carência institucional.

A reacção governamental foi imediata: além da tropa de choque, que durante dois dias se entrega à provocação e à violência, além das prisões que por essa altura começam a efectuar-se, o Ministro processa os dirigentes associativos por desobediência e conduta ilegal. As consequências da ilegalidade que cometêramos abrangem largos sectores da vida universitária. A repressão desorganiza os nossos quadros, o cansaço aumenta, as Associações páram o trabalho: tudo fraquezas que aproveitam ao Governo, que se lança declaradamente à ofensiva. Já vamos ver como.

ARTILHARIA EM FORMA DE DISCURSO

9 de Novembro de 1964. Dando posse ao titular dum novo departamento Governamental (que parece concebido para cuidar das nossas alcivosias), o Dr. Galvão Telles, professor ilustre mas ministro com muitas culpas, revela a sua táctica repressiva para este ano. Nenhum ataque frontal às Associações de Estudantes. A pontaria é oblíqua, mas pretende atingir mais fundo: a agitação universitária — novo nome para a actividade associativa — é efeito nítido e exclusivo das células comunistas infiltradas na instituição. Usando estruturas legais, os vermelhos ameaçam a integridade cívica da juventude portuguesa que, por falta de esclarecimento (e aqui cabem severas recriminações à M. P.) se deixa enredar e acaba concretizando directrizes de Praga. Soluções: restaurar a M. P., aniquilar os comunistas.

Meia dúzia de insinuações permitem deduzir quem são os comunistas infiltrados: nós, precisamente, «os associativos». Mas somos nós quem detém a tradição duma actividade leal, pública, aberta, sem maquinações nem clandestinidade. Se temos luta a fazer, anunciámo-la e fazêmo-la: não andamos de gatas por debaixo da terra.

Quais os efeitos do Discurso ministerial? Primeiro que tudo, anunciar e justificar desde logo uma política de violência; depois, confundir a população e o sector universitário; depois, e principalmente, abrir mais vias legais de repressão da nossa incómoda legalidade: é pouco estratégico ameaçá-la de frente. Por consequência, o prof. Galvão Telles alega que debaixo da nossa ingénua capa, agentes subversivos vão vivendo, conspirando, tramando coisas.

Pergunta-se: terá razão o Ministro?

ARTILHARIA MESMO

A PIDE prende pelo que o Ministro discursa e enquanto discursa: — no próprio dia 9 de Novembro, a Polícia Política encarcera dois estudantes de Belas-Artes, Shepard Cruz e José Rijo. Nos dias 25 e 26, são presos mais doze colaboradores das Associações. Entre eles vai Georgina Azevedo; quinze dias depois, e após a primeira visita que lhe pôde fazer, o Pai escreveria que «o seu aspecto era absolutamente cadavérico, não conseguia coordenar as ideias e tinha dificuldade em articular as palavras». A continuação das torturas agrava progressivamente o seu estado, e a Gina é internada num hospital psiquiátrico. A Gina enlouqueceu. O Maximiliano Vaz da Cunha, preso em Janeiro de 65, enlouquece também. Na sua loucura, há uma verdade que ele grita sem descanso: «A PIDE é infernal». A PIDE é infernal, e para escapar a um inferno que lhe prometem, Baeta Neves tenta suicidar-se.

No fim do ano de 64, estão presos nas cadeias políticas de Lisboa, vinte e seis estudantes. As autoridades universitárias encaram o facto com a maior passividade. Cúmplices da Polícia, as respostas que nos dão são policiais: «Comunistas!

Comunistas é que os senhores são todos!» chega a gritar o Prof. Paulo Cunha para os dirigentes associativos.

«Comunistas» é um insulto. Na PIDE, é claro, até apetece estar. Gente humana, correcta, cordata.

21 DE JANEIRO, 14 HORAS

«A vaga de prisões que esta manhã se abateu sobre a Universidade foi de certo a mais brutal da História da instituição», lê-se num comunicado que a AAFDL distribui pelas 14 horas de 21 de Janeiro deste ano. No dia 30, o «raid» parece terminar: trinta prisões em 48 horas elevam para sessenta o número de detidos. Entre eles, os quadros de topo da vida estudantil de Lisboa: Gabriel Morato e Pedro Lemos, do Secretariado da RIA; o Presidente do Técnico, Mário Lino; muitos outros membros das Direcções Associativas. Os restantes eram todos colaboradores das AAEE.

Entre 22, esse agitado Dia de S. Vicente que o sr. Reitor quis festejar e os estudantes indignados não deixaram, e o dia 28, em que o Ministério do Interior publica uma extensa nota oficiosa, a reacção dos estudantes soltos à situação dos estudantes presos é inequívoca e constante. Larguíssima maioria da população universitária decreta e emprende o luto académico, com greve às aulas por três dias. Resultado: 85 % de estudantes que na Universidade se solidarizam com os seus colegas prisioneiros da repressão. Na Baixa, a manifestação de 26 de Janeiro, saída duma Assembleia Plenária violentamente carregada pela Polícia de Choque, obtém o apoio da massa lisboeta. Greve, plenários, manifestações, tudo



obra duma «minoria mal esclarecida»? Ou duma Universidade que pertence toda ao Partido Comunista? «Cremos que as autoridades enfrentam hoje a difícil tarefa de explicar ao País e ao mundo que todos os estudantes portugueses pertencem ao Partido Comunista Português e cremos que lamentam não dispor duma enorme cadeia na qual pudessem encerrar a Universidade», diz o n.º 4 de Unidade Estudantil; é que «para o Governo da Nação todos os que não o aprovam são comunistas e os que não o aprovam estão em toda a parte».

NÓS E A NOTA

No dia 28 de Janeiro, o Ministério do Interior justifica as prisões que mandou efectuar. Esta Nota Oficiosa é muito diferente de todas as anteriores. É extensa. Revela pormenores que só os despachos de pronúncia do Tribunal Plenário costumam conter. Enumera gravíssimos elementos de acusação contra os estudantes abrangidos no texto. Desvenda uma rede comunista dentro da Universidade, dentro das Associações, uma rede que nos envolve de perto.

As outras notas também explicavam a prisão de estudantes com a descoberta da sua filiação no Partido Comunista Português, organismo secreto e ilegal. Comunistas chamam-nos constantemente, mas não nos prendem a todos. Mas, das outras vezes, todos nós sabíamos que era mentira, ou porque os nossos colegas voltavam à liberdade, e voltavam sempre, visto que eram realmente académicos os motivos da sua detenção, ou porque a nota oficiosa era vaga e contraditória nos seus termos, ou porque a própria PIDE se encarregava de desmentir em particular as acusações que em público tinha proferido. Este caso de Fevereiro será igual? Ou tinha razão o Prof. Galvão Telles no seu discurso de Novembro?

A DÚVIDA E A LÓGICA

O Comunismo ameaça o Governo, o Governo defende-se atacando o Comunismo. O Governo ameaça o Movimento Associativo, as Associações ao defenderem-se têm que atacar o Governo. Aqui temos dois planos distintos; — um pouco de lógica permitirá ver claro neste imbróglio que nos compromete.

1. É claro que as Associações não estão ao lado do Governo. O seu apoliticismo estatutário não lhes obriga a calar as reivindicações que derivam da própria existência de estudantes do ensino superior, das suas necessidades, e da consciência que possuem da sua função social e nacional. Nacional — sublinhemos — não política. Se a Universidade não nos serve, pedimos uma Universidade nova. Se as leis que disciplinam os nossos organismos têm por único fim acabar com eles, nós protestamos. Se propomos iniciativas valiosas e oportunas, que são apesar e por causa disso proibidas e coartadas, que caminho temos senão reagir com firmeza?

Se sabemos que tudo isto, Universidade, leis, proibições, polícia, tudo isto depende dum Governo que não nos estima, que teme a nossa vontade e a nossa lucidez, porque contrárias à submissão e ao obscurantismo em que o País se afunda; se sabemos que os nossos problemas são paralelos aos que toda a Nação enfrenta, que duns a outros só vai a diferença específica do nosso melhor esclarecimento, pelas estruturas democráticas que possuímos; se sabemos que o Governo é o nosso único e constante adversário; se tudo isto são factos da mais patente e lógica certeza, nós temos, já não a audácia, mas o mais severo *dever* de nos opormos a quem nos governa.

2. E ser contra o Governo significa ser comunista? Universidade Melhor, significa Universidade comunista? Ser colaborador das Associações quer dizer entrar para o Partido Comunista? — O Governo pretende que sim, que é tudo a mesma coisa, mas o Governo mente e sabe porque mente.

Ao Governo não interessa apenas eliminar os seus opositores comunistas, organizados em redes ilegais, mas todas as oposições, sejam quais forem e venham donde vierem, incluindo a oposição legítima e legal das Associações de Estudantes. E o Governo sabe perfeitamente que o melhor processo de eliminar oposições não-comunistas, sobretudo aquelas que não propõem um sistema político, que baseiam a sua existência em actos governamentais que injustamente agravaram os seus membros (e é esse o nosso caso), o melhor processo de as eliminar é convencer os aderentes de que estão a ser meros títeres da secreta maquinação dum Partido Comunista que não escolheram e que se esconde na sua clandestinidade omnipresente para melhor conduzir a subversão.

3. A maioria dos universitários portugueses é pró-associativa e anti-governamental. A percentagem de adesões à greve de Janeiro (que em duas escolas atingiu os 100 %) é mais um e o melhor elemento de prova.

Se as Associações em que se integra lhe são súbitamente desvendadas como ramificações legais dum partido ilegal; se os dirigentes em que confiava lhe são apresentados como membros e responsáveis duma organização clandestina, com cuja ideologia não concorda, e cujos processos não lhe parecem os melhores, a grande maioria pró-associativa retrai a sua adesão aos objectivos que tivera como justos e as Associações, estruturas legais sem conteúdo vivo, definham e morrem. E com elas o foco de oposição que o Governo teme.

Quando as autoridades governamentais e universitárias levantam o espantinho da subversão comunista, estão utilizando a estratégia psicológica que acabámos de delinear. O seu funcionamento é simples, os seus resultados, se as Associações não reagissem, estariam antecipadamente garantidos.

4. Porquê então essa Nota Oficiosa mais extensa que as outras, mais concreta que as outras, se a falsidade e os objectivos de todas são os mesmos? Porque aparecem então sentenças judiciais que dão como provadas as ligações comunistas de alguns dirigentes estudantis?

Desde Outubro, princípio do ano forense, que o País e a Universidade assistem à redobrada actividade dos Tribunais Políticos, onde a extensão e a importância das redes comunistas vai sendo posta à luz. Nos órgãos de informação, as notícias relativas aos julgamentos e à actividade policial adquirem um realce até aqui desconhecido. Não se perde uma oportunidade: nos actos de posse dos novos comandantes da Guarda Nacional Republicana e da Legião Portuguesa, o Ministro do Interior e oficiais-generais de prestígio incitam as duas organizações militares a multiplicar a sua actividade anti-comunista, porque o Partido alarga e cresce para todos os lados. No segundo daqueles actos, fala-se mesmo em «agitação universitária provocada pelos agentes clandestinos». A posse da Comissão directiva da União Nacional merece ao Primeiro-Ministro um dos seus raros discursos. Em Novembro, o Ministro Galvão Telles; em Janeiro, o dr. Santos Júnior; em Fevereiro, o prof. Salazar.

Para quê esta maquinaria de estratégia psicológica? E porquê em 1965? Será por haver eleições em 1965?

5. Em Novembro de 1964, o Ministro da Educação anunciou as intenções do Governo. Aproveitava as circunstâncias políticas gerais e a exaustão em que se encontrava o Movimento Associativo para lhe aplicar uma violenta e radical sentença de morte. A sua execução começou nos dois últimos meses, com os factos que ninguém desconhece.

È neste contexto que se insere a repressão policial à Universidade, a longa Nota Oficiosa, as sentenças contra os dirigentes estudantis e tudo o que se seguiu e nós esperamos. Só neste contexto político podemos analisar e compreender as coisas. È a partir dele que as Associações de Estudantes têm de estudar as respostas e planificar a resistência que o momento nos exige.

SEJS, Avenida 5 de Outubro, 31-5.º

Abertas há mais de dois meses revelam-se já de uma utilidade por todos os voluntários reconhecida. A delegação da Secção de Folhas, bem como o Serviço Informativo, têm sido da maior utilidade para o grande número de voluntários que a ela se dirigem. A sua frequência aumenta à medida que se vão tornando mais conhecidas, e isso é o melhor sintoma do reconhecimento geral do cumprimento dos fins a que se destina.

É grato referir que, indo ao encontro da vontade manifestada por grande número de voluntários, as salas de estudo jurídico-sociais passaram a abrir às 17 horas, tornando possível a sua frequência a muitos colegas que, após a saída dos empregos desejam estudar.

No âmbito das realizações culturais continua a efectivar-se, às terças-feiras, o CURSO DE MATEMÁTICA APLICADA A ECONOMIA; às sextas, na nova sala de convívio, o C. C. U. L. exhibirá curtas metragens. O Ciclo de conferências sobre AMOR e SOCIEDADE, tema que tanto acolhimento teve no nosso meio, será em breve recomeçado, estando previstas sessões dirigidas pelo Dr. Breda Simões (Amor e Psicologia), Manuel de Azevedo (O Amor no Cinema), Dr. Almerindo Lessa (Os três amores, trinta e três anos depois — tema inédito que é o resultado da posição assumida pelo autor em 1932 numa conferência realizada na Associação de Medicina no Porto, onde pela primeira vez em Portugal foi tomada uma posição consciente na defesa da posição da Mulher e do seu lugar na sociedade

actual). Por fim, falará o sr. dr. Alexandre Pinheiro Torres sobre a SOCIOLOGIA DO AMOR e da posição da Mulher no Mundo actual.

A Biblioteca das SEJS, presentemente fornecida com obras de reconhecido valor, vai ser ampliada com a atribuição de um subsídio pela Fundação Gulbenkian.



EXCURSÃO A PARIS

A Secção de Relações Internacionais e Turismo Universitário tem fundamentalmente, como o nome indica, duas finalidades: por um lado manter-se em contacto com as uniões nacionais e organizações internacionais de estudantes, trocando informações e publicações estudantis; por outro lado, informar e organizar tudo o que se refira a turismo universitário.

No decurso deste ano a Secção, na realização da sua primeira finalidade, resolveu abrir a todos os sócios as publicações que possui e que são da mais variada natureza. Para tal organizou-se um serviço de biblioteca que está aberto a todos. Dentro em breve passarão a ser semanalmente afixadas as últimas publicações recebidas. Com idêntico intuito, tem tentado através de diversas formas a Secção aumentar o número de publicações que recebe.

Para que o turismo universitário se desenvolva efectivamente na Uni-

versidade, a Secção, depois de ter solicitado e recebido propaganda turística de quase todos os países da Europa, tenciona iniciar uma campanha pró-turismo universitário com distribuição em massa e gratuita dessa mesma propaganda. Também tem em vista a exibição dentro em breve de filmes turísticos e culturais.

Como documento indispensável do estudante que viaja, a Secção tem passado regularmente Cartões Internacionais de Estudante.

Quanto a campos de trabalho e cursos de férias esperamos ter dentro em breve todas as informações necessárias para o ano de 1965.

Estão abertas as inscrições para as excursões da Páscoa a Paris, Madrid e Itália.

O serviço regular da Secção para os sócios está actualmente assegurado, estando aberta a sala da Secção todas as manhãs, das 11 às 12.15.

MAU TEMPO

(Continuação da pág. 3)

tido a resposta de Homens Livres.

Ouvi a lição de um grande mestre:

«Não há esperança para os que vivem na mentira. Nada pode derivar do nada. A civilização não é fruto de milagre mas de génio. Toda a sociedade que esmaga a sua classe culta

e se deixa guiar pela inconsciência e pela desonestidade é uma sociedade condenada».

Companheiro que sofres, é para ti esta mensagem dita por alguém que foi a encarnação do Homem Livre: «Rassemblez vos forces car l'aube viendra. Elle se lèvera, riante pour les braves, douce pour fidèles qui auront souffert».

As histórias que o cénico conta

o plano e um gesto

O Grupo Cénico da Associação Académica da Faculdade de Direito foi o caso cultural das Associações, no ano que findou: o êxito de Nancy, o êxito do Império, o destaque na grande imprensa, os convites internacionais criaram responsabilidades que o ano de 65 não vai desmentir. No cartaz (e porque as peças são para as ocasiões), duas peças oportunas: «Histórias para serem contadas», do argentino desconhecido Oswaldo Dragún; «O Dispensário», do conhecido irlandês Sean O'Casey. Encenador, ensaiador, professor da prometida escola de iniciação de actores, Fernando Gusmão. Director do Grupo, Helder Costa. «As dificuldades» — diz-nos ele desferindo um largo gesto (quer dizer: as dificuldades são tantas que não sabe por onde começar) — «derivam sobretudo da escassez de fundos. Precisávamos de um subsídio substancial, capaz de garantir a nossa independência económica». O Cénico recebe subsídios: um permanente, da Fundação Gulbenkian, para compensar o trabalho profissional de Fernando Gusmão; os outros vêm quando o grupo pede, mas não tantos nem tão grandes como os que o Grupo precisa: da Gulbenkian, outra vez da Gulbenkian, do Ministério da Educação, de particulares que gostam de Teatro.

festival

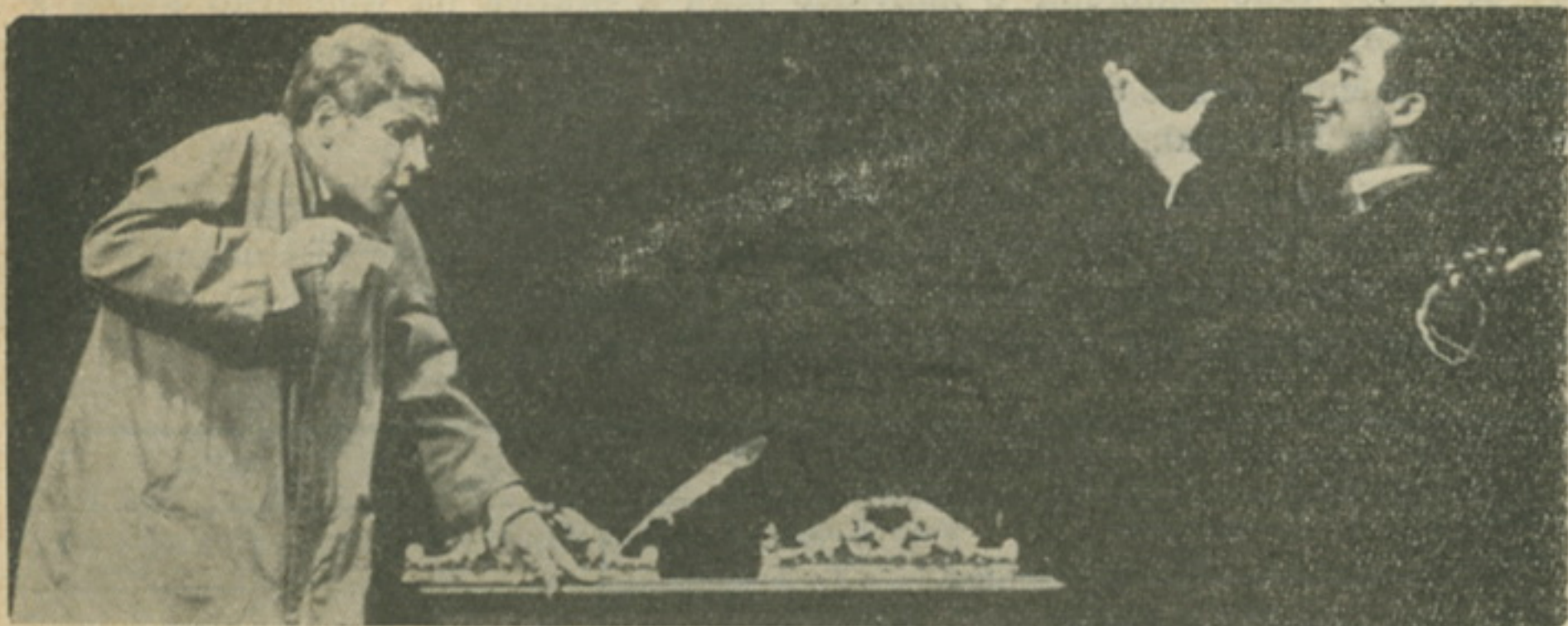
As outras dificuldades que o gesto do Helder abrangia respeitam, por exemplo, ao Festival de Teatro Universitário Português, organizado pela AAFDL e previsto para fins de Março, princípios de Abril. «É preciso notar que a realização do Festival depende da autorização do Ministro». (E dos subsídios). «Pedimos uma entrevista ao M. E. N., mas ainda não obtivemos resposta.» Quem participa no Festival? «Contamos com o Teatro Universitário do Porto, com o Centro de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra (CITAC), Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC), Grupo Cénico da Faculdade de Medicina de Lisboa e Teatro dos Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa. Está prevista a colaboração do Teatro Universitário de Madrid, mas gostaríamos, é claro, duma internacionalização mais vasta.» É para o Festival que o Grupo Cénico de Direito prepara as suas peças. Nas «Histórias» de Dragún trabalham duas equipas de quatro actores.

Dragún e as suas histórias simbólicas

Esse desconhecido Dragún tem muito que se lhe diga. Um prólogo (em tom declamatório) denuncia o ferramental brechtiano que o dramaturgo vai usar depois: os quatro actores apresentam-se e apresentam a peça ao público. Protagonistas de três histórias da vida corrente, entendem que desse quotidiano contraditório e difícil devemos deduzir juízos e aproveitar lições. A terceira história, por exemplo, é assim: o único posto vago numa fábrica é o de cão-de-guarda, (e se fosse de bate-chapas, a situação era diferente?). O emprego dá direito a casota e a comida. Um homem que, desempregado, pretende ganhar a vida de algum modo, recusa essa oferta indigna. Mas mais tarde, impelido pela fome e pela carência, submete-se ao irremediável e aprende a ladrar, a morder, aprende a ser cão. A sua metamorfose (que é um símbolo) traduz-se na loucura mais trágica: de homem desempregado a homem-cão, agora nem homem: a necessidade desumanizou-o, é apenas um bicho. Esta história é do quotidiano, não é do quotidiano? — um problema difícil, sem dúvida. Mas de que serve um Teatro sem problemas?

Teatro de Lixo «versus» Reitoria de Luxo

E a propósito do Festival, que, sendo uma realização de nível mais geral, tem de ser empreendida ao restrito âmbito (sobretudo financeiro) de uma só Associação, Helder Costa coloca mais uma vez o problema do Teatro dos Alunos da Universidade de Lisboa (TAUL), projecto federativo e, como tal, contrariado «cá por coisas» pelas entidades governamentais competentes. «Há, em primeiro lugar, dificuldades estatutárias. Uma vez formado o Taul, precisávamos de instalações apropriadas.» Quantas centenas de contos se gastaram nos luxos da Reitoria?... Mas o Teatro de Bolso do Convívio não está pronto, nem mobilado, nem utilizável: não existe. «Pedimos ao Senhor Reitor que nos concedesse o Teatro da Cantina, depois de acabado. Mas, até à data, ainda não tivemos resposta.»



Cá dentro, com a Censura

Diz Helder Costa: «A viabilidade de qualquer iniciativa de Teatro depende essencialmente da escolha de reportórios. Neste campo estamos muito limitados pela Comissão de Censura aos Espectáculos». Estender o nosso Teatro à Nação — mas como? Com Olavo d'Eça Leal e Domingos Monteiro? Sartre, Brecht — não, escritores proscritos! Dragún e Sean O'Casey são autores autorizáveis? É claro que são! «Apesar de tudo, para levar junto da Nação o Teatro que ela não tem, o Grupo Cénico tenciona fazer uma digressão pela província, aproveitando o período das férias escolares.»

E lá fora: França, Bélgica, Inglaterra, Alemanha e Turquia

Com a peça «Eh! Lá Fora!», de William Saroyan, o Cénico adquiriu estatura internacional. O Festival de Nancy foi a porta aberta para a participação em novos certames. Helder Costa: «Tencionamos entrar, pelo menos, no Festival Nancy 65 e no da UNEF, que se realiza em Marselha. Da Bélgica recebemos o convite para colaborar no Festival dos «Écoliers de Liège». Até agora, e além de nós, só o Teatro Universitário do México (1.º prémio em Nancy 64), foi contactado para esse efeito. Mas há mais convites: poderíamos ir a Erlangen, na Alemanha, e à Turquia. Além disso, foi-nos pedida uma «tourné» pelas cidades de França.» Resumindo: em Portugal, um Festival nosso, duas peças e uma digressão; lá fora cinco festivais, viagens, o êxito e a fama.

«Nada mais?», diz o Grupo Cénico, diz o europeu Hélder Costa.

«Nada mais», murmura o Boletim, circunscrito aos três domésticos andares onde habitam juristas, Campo-Grande, Lisboa-5.

existem. «Tudo o que seja, declarada ou veladamente, pretender responsabilizar a mentalidade de estudantes pelos fracassos constatados no panorama do desporto Universitário em Portugal, isso é exclusivamente iludir o problema ou tentar fugir à responsabilidade». (1)

7 — «De há muito que o Desporto e a Educação Física são reconhecidos, nas sociedades mais evoluídas, como actividades do maior interesse para a educação integral do estudante» (2).

Enquadremos o panorama do nosso desporto Universitário no panorama mais amplo do Desporto Nacional. É bem evidente que sem uma iniciação desportiva que se estruture na base, isto é, desde o ensino primário e secundário, no sentido de desde cedo estimular o indivíduo para a prática da Educação Física e do Desporto, de modo algum se podem criar as condições necessárias ao seu desenvolvimento. Ora é uma realidade que essa iniciação desportiva não é fomentada, em Portugal, nos seus devidos termos.

Os resultados estão à vista, e não deixará de ser oportuno transcrevermos o Mapa I, do Plano de Fomento a que já nos referimos, sobre «Estudantes inscritos nas Universidades e Escolas de Ensino Superior de Coimbra, Lisboa e Porto e participantes nas actividades do desporto universitário regional»:

| lectivo Ano | COIMBRA (1) | | | LISBOA (2) | | | PORTO (3) | | | TOTAL | | |
|----------------|-------------|-----------------|-----|------------|-----------------|-----|-----------|-----------------|------|-----------|-----------------|-----|
| | Inscritos | Praticantes (4) | | Inscritos | Praticantes (4) | | Inscritos | Praticantes (4) | | Inscritos | Praticantes (4) | |
| | | N.º | % | | N.º | % | | N.º | % | | N.º | % |
| 1956/57 | 4494 | 240 | 5,3 | 9 623 | 350 | 3,6 | 2989 | 334 | 11,2 | 17 106 | 924 | 5,4 |
| 1957/58 | 4449 | 260 | 5,8 | 10 047 | 547 | 5,4 | 3261 | 318 | 9,7 | 17 757 | 1125 | 6,3 |
| 1958/59 | 4592 | 353 | 7,7 | 10 679 | 766 | 7,1 | 3488 | 271 | 7,7 | 18 759 | 1390 | 7,4 |
| 1959/60 | 4298 | 193 | 3,9 | 11 394 | 586 | 5,1 | 3715 | 287 | 7,7 | 20 037 | 1066 | 5,3 |
| 1960/61 | 5356 | (7) | (7) | 12 253 | 682 | 5,5 | 3966 | 276 | 6,9 | 21 575 | (7) | (7) |
| 1961/62 | 5657 | (7) | (7) | 12 775 | 922 | 7,1 | 4131 | 358 | 8,7 | 22 563 | (7) | (7) |

(1) Inclui: Universidade de Coimbra.

(2) Inclui: Universidade de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Instituto Nacional de Educação Física, Academia Militar e Escola Naval.

(3) Inclui: Universidade do Porto e Escola Superior de Belas-Artes do Porto.

(4) Participantes nas competições regionais universitárias.

8 — Os números são, só por si, suficientemente elucidativos, e dispensam comentários.

Se o panorama do Desporto, no âmbito do Ensino (não só o Universitário), se apresenta nestes termos, não é apenas desoladora a mentalidade desportiva da população, considerando o problema ao âmbito nacional.

Aqui os condicionalismos têm que ser equacionados em função de factores de outra ordem, nomeadamente económica e social, e não só educacional. É claro que uma população de um modo geral sub-alimentada, precariamente alojada, sem disponibilidades económicas que lhe permitam disponibilidades de tempo, não pode de modo algum interessar-se pela prática do desporto.

Mas, se o não pratica, ela comparticipa, (e aqui se situa o hábil desviar do problema) através de uma imprensa desportiva (?) magnificamente orientada nesse sentido, na mitificação dos ídolos criados pela máquina «profissional-competitiva» de agremiações ditas desportivas, à volta das quais se formam verdadeiros partidos cujo sectarismo atinge as raias do inverosímil (é assistir, ao domingo, a qualquer desafio de futebol, do lugar do peão). Uma imprensa que hábilmente se faz distribuir com profusão, ocupando largos períodos do ano, com sensacionalismos sempre novos e requintados, a atenção da população do país, que dela faz o seu elemento de informação e discussão polémica (recoremos o «caso» Carlitos).

Afinal somos um país «em vias de desenvolvimento» (sic), e talvez que nem tudo esteja perdido. Por ora contentemo-nos em olhar o Benfica como o nosso melhor embaixador além-fronteiras.

9 — Triste é o panorama geral do Desporto em Portugal, e se o que até aqui dissemos não bastasse para o provar, bem próximo de nós estão factos que eloquentemente nos bastam para acorrer em nossa defesa.

Mal nos saímos, nas últimas Olimpíadas, no confronto com os demais países que lá foram.

Os factos são sintomáticos, e as conclusões são evidentes!

Não nos alonguemos mais...

Concluamos que a grave crise que acompanha a situação do Desporto Universitário em Portugal, é um problema que só em conexão com muitos outros que entre nós se desenvolvem, poderá ser solucionado.

A elaboração de Planos de Fomento é uma via necessária, mas não suficiente.

Mas mesmo aí *«que significado tem para os estudantes um plano ou estudo que, apenas acabado de elaborar, sofre um processo de aplauso público e termina os seus dias esquecido no fundo duma gaveta?»* (3)

(1) (2) (3) — in «Relatório sobre a situação do desporto universitário nacional».

Direito Civil: Impedimentos Impedientes

Reveste-se de particular importância a actividade desta secção, na medida em que é essa actividade que mais directamente se integra na ampla finalidade, que sempre pelas A. A. E. E. tem vindo a ser defendida, da prestação imediata de serviços aos estudantes.

E mau-grado os obstáculos que ao seu funcionamento normal lhes têm sido impostos, de há algum tempo a esta parte, e que são por demais conhecidos de todos, a actividade da Secção de Folhas tem-se revelado com a intensidade que a sua utilidade lhe exige.

Em princípio esta Secção apenas publica «Folhas» das disciplinas para as quais ainda não existem manuais, procurando desse modo proporcionar aos colegas os indispensáveis elementos de estudo que de outro modo não encontrariam.

Foi nesse sentido que a Secção procedeu à reedição do 2.º volume das lições da cadeira de Direito Civil (Teoria Geral) depois de contactado o titular da cadeira — Prof. Paulo Cunha — o qual autorizou a publicação.

Uma vez posto à venda, o Sr. Prof. Paulo Cunha manifestou todo o seu descontentamento pelo facto de lhe não terem sido enviados exemplares (o que não é habitual quando se trata de reedições). Prontamente lhe foram enviados três exemplares, para que, de novo o sr. Professor concedesse a sua devida autorização, mas passado algum tempo o dito Sr. Prof., novamente se manifestou alegando o facto de ainda lhe não terem sido entregues os referidos exemplares.

Imediatamente um membro da Secção de Folhas contactou com o sr. Professor que acabou por concordar que lhe já tinham sido entregues exemplares. Ajuntou que autorizava a venda mas que iria pôr de sobreaviso os estudantes sobre a especulação que representava aquela venda que proporcionava um lucro excessivo, etc. etc.

Independentemente de qualquer outra consideração cabe-nos informar que o processo de publicação de folhas envolve os gastos necessários para aquisição de papel, de tinta para o copiador, de mobilização de pessoal, etc. Parece-nos que o lucro não é assim tão excessivo!

Procedeu a Secção de Folhas à distribuição gratuita de livros enviados pelas C. de Pr. e Serviços Médico-Sociais. Foram igualmente pedidos livros à A. G. U., há cerca de dois meses, mas ainda não foi deferido o pedido.

Igualmente se solicitou à Fund. Gulbenkian o fornecimento de livros de Direito com 50 % de desconto.

Forneceram-se sebatas da cadeira de Introdução ao E. do Dt.º a Económicas, e sebatas de Direito Constitucional ao I. S. E. U.

Do mesmo modo foram cedidos livros à Secção Social e às S. E. J. S. para consulta e empréstimos a voluntários.

Cabe-nos, para terminar, informar que todos os livros vendidos aos sócios são-no com 15 % de desconto (+ 5 % do que nas livrarias) e ainda, quanto a especulação, cumpre-nos dizer que a venda dos Manuais pela Secção, não envolve o mínimo lucro.

mente de protestation - la plus violente que l'on ait enregistré à l'Université de Lisbonne au cours des trois dernières décennies. Le doyen et plusieurs professeurs ont été ouvertement insultés par des centaines d'étudiants qui ont également distribué des tracts comparant la police de sécurité (PIDE) à la Gestapo nazie.

Increase in subversion trials

By a Correspondent

The wave of political repression in Portugal shows no sign of abating. Last year political trials were held at an unprecedented rate. So great was the increase in charges of subversion that in July an auxiliary court was inaugurated beside the existing "plenario" at the Lisbon Central Criminal Court.

The trials are in fact the protracted outcome of the purge of "Communists" and suspected sympathisers that took place during 1962-3. Most of those sentenced had been in prison up to 18 months.

Since 1961—when the Portuguese military operations started in Africa, resulting in conscription for overseas and austerity measures—underground activity has accelerated considerably. Between January and July last year 126 men and women were sentenced in Lisbon and Oporto for "subversion." Since the courts reconvened in October, an average of two people a day have been convicted. On December 22, at a mass trial 26 men and a

two months under an assumed name.

Generally sentences have varied from one year to the 10 years passed on Manuel Serra, a Catholic worker who was alleged to have been implicated in an attempted coup d'état at Beja in January, 1962, and the seven years on Joaquim Araujo, a publicity agent, who was tried with his wife. She received 16 months.

Most sentences over two years are subject to security checks and can be prolonged for successive periods of three years if the police consider that the prisoner is still prone to subversion. This could result in virtual life imprisonment. Of those charged with political offences, about one in three is an intellectual, the others being factory or agricultural workers. Cork workers, who are organised under a State junta and receive very poor wages, are numerous among those convicted for registering their discontent.

Shouts of 'Liberty'

Another student, José Saldanha Sanches, was sentenced last month to five months' imprisonment. He was shot in a Lisbon street by a policeman in April after being caught, allegedly distributing subversive pamphlets. During his trial at Lisbon armed police threw a cordon around adjacent streets. Youths who gathered in the area, shouting "Liberty" were arrested.

A few days before Christmas two students, Nuno Pereira and Antonio Teixeira were arrested

NOUVELLES MANIFESTATIONS D'ÉTUDIANTS A LISBONNE

Lisbonne, 3 février (A.F.P., A.P.). — De nouvelles manifestations d'étudiants dans le centre de Lisbonne ont entraîné mardi de vastes embouteillages.

L'audience du procès contre lequel manifestaient les étudiants a été consacrée à l'audition des témoins.

Des incidents se sont produits après que des tracts eurent été lancés du haut d'un ascenseur public situé au centre de la capitale. Le nombre des manifestants a été estimé à mille cinq cents. Il semble que de nombreuses arrestations aient été effectuées, bien que la police se soit refusée à toute information à ce sujet.

two months under an assumed name.

Generally sentences have varied from one year to the 10 years passed on Manuel Serra, a Catholic worker who was alleged to have been implicated in an attempted coup d'état at Beja in January, 1962, and the seven years on Joaquim Araujo, a publicity agent, who was tried with his wife. She received 16 months.

Most sentences over two years are subject to security checks and can be prolonged for successive periods of three years if the police consider that the prisoner is still prone to subversion. This could result in virtual life imprisonment. Of those charged with political offences, about one in three is an intellectual, the others being factory or agricultural workers. Cork workers, who are organised under a State junta and receive very poor wages, are numerous among those convicted for registering their discontent.

Basque verdict next week

Madrid, January 22

NOUVELLES DE L'ÉTRANGER

Portugal

Les étudiants réclament une commission d'enquête

Lisbonne, 1^{er} février (A.F.P.). — Les associations estudiantines de Lisbonne réclament la constitution d'une commission chargée d'enquêter sur la condition des étudiants détenus après leur arrestation par la police de sécurité de l'Etat. Cette commission devrait être composée de professeurs et d'étudiants jouissant à la fois de la confiance des autorités et de celle des universitaires.

La demande des étudiants contenue dans un manifeste est un véritable réquisitoire contre les sévices que la police de sécurité de l'Etat ferait subir à certains étudiants.

NOUVELLES DE L'ÉTRANGER

Portugal

L'opposition étudiante se développe

Lisbonne, 23 janvier (A.F.P., Reuter). — Les étudiants de l'université de Lisbonne ont décidé de faire grève les 23 et 25 janvier pour protester contre l'arrestation de vingt-trois d'entre eux et tenter d'obtenir la remise en liberté des étudiants détenus

Cette décision a été prise au cours d'une réunion, vendredi, des représentants de toutes les associations estudiantines. Les dirigeants ont rejeté au cours de cette réunion les accusations selon lesquelles les arrestations avaient été opérées à la suite de la découverte d'un complot communiste.